

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 13/06/2014 - Edição 1059

# Centrais aproveitarão ano eleitoral para aprofundar luta pela redução da jornada de trabalho



Representantes das centrais sindicais e do Ministério Público do Trabalho (MPT) reuniram-se com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vicente Cândido (PT-SP), nessa terça-feira (10), e reforçaram a necessidade de aproveitar o ano eleitoral para acelerar a tramitação da pauta da classe trabalhadora no Congresso.

Como ocorreu em maio deste ano em plenária na Câmara, a comissão voltou a defender como prioridade a aprovação da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95**, que trata da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, há 19 anos barrada no Congresso Nacional pela bancada patronal. O texto cobra também o aumento do adicional de horas



extras de 50% para 75%.

Para isso, a comissão atuará em duas frentes: pressionará os deputados logo no início de julho para que assinem um requerimento de urgência para tramitação do projeto e acompanhará a proposta nas subcomissões.

**Campanha em pauta** - As centrais e o MPT fizeram ainda um balanço da campanha em defesa da redução da jornada lançada na Câmara dos Deputados no dia 4 de junho pela CUT, centrais parceiras, Ministério Público, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e entidades da sociedade civil.

Para a comissão, a criação de um espaço de articulação interestadual, que inclui outros apoiadores como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), fez crescer o interesse pela pauta, mas ainda falta mobilização social para fazer a questão avançar no Congresso.

“O debate da redução da jornada é muito mais ideológico do que econômico. Em ano de eleição, de disputa do projeto político, de escolha de deputados e senadores, queremos saber quais parlamentares estão com a classe trabalhadora”, disse o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

O argumento do dirigente sobre o viés financeiro tem como base um estudo do Dieese que aponta um impacto de apenas 1,99% nos custos das empresas em casa de diminuição das horas trabalhadas. Ainda de acordo com o departamento, entre 1988, último ano de redução da jornada, e 2010 houve aumento da produtividade do trabalho em 92,7%.

Portanto, o trabalho ficou mais intenso e, conseqüentemente, mais nocivo para os trabalhadores que mantêm jornada de 44 horas semanais, opinião, compartilhada pelo procurador do Trabalho Sandro Sardá.

“A intensificação do mundo e trabalho é evidente, então, a redução da jornada é medida essencial para assegurar a proteção à saúde e direito fundamental ao lazer, descanso e estudo. Para o Ministério Público

do Trabalho, essa campanha é um momento muito importante, porque, pela primeira vez, assume uma posição formal, firme e concreta em defesa da redução da jornada”, lembrou.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais resultam em uma perda anual de 4% de toda a riqueza produzida no mundo, não só com queda na produção, mas também com o tratamento dos resultados das jornadas exaustivas.

**Ampliar a unidade** - Armengol avaliou ainda que o movimento sindical tem falhado no processo de mobilização e precisa sair do que chama de “voluntarismo” para apertar o cerco contra os parlamentares de uma maneira mais organizada e constante.

Ele defendeu também a criação de uma mesa de negociação com a participação do Legislativo e dos empresários para que todas as partes envolvidas no debate possam chegar a um acordo.

A campanha torna-se ainda mais importante ao avaliar o recorte sobre o impacto do mercado de trabalho. O estudo do Dieese também demonstra que a redução da jornada será capaz de gerar 2,5 milhões de novos postos de trabalho.

**Igualdade e imposto de renda** - Defensor da proposta de redução de jornada e articulador do debate no Congresso, o deputado Vicente Cândido ressaltou que seria possível até mesmo discutir uma redução escalonada de olho na melhoria das condições de trabalho no país.

“É numa situação como essa que vivemos, de pleno emprego, que o Brasil precisa discutir a qualidade das oportunidades que gera. Estamos propondo uma decisão negociada, não a implementação imediata, mas um escalonamento em até oito anos, que é um prazo para qualificarmos os trabalhadores e melhorarmos a qualidade da oferta de trabalho”, pontuou.

O encontro com Vicente Cândido definiu ainda que a conversa com os líderes partidários cobrará requerimento de urgência também para os projetos de lei 6094/2013, que trata da correção da tabela do imposto de renda, e 6653/2009, sobre igualdade de gênero no trabalho.

Fonte: CUT



Centrais sindicais buscam redução da jornada de trabalho

# Dupla rouba R\$ 14 mil em saidinha de banco em São Luís



A polícia registrou mais uma ocorrência de saidinha bancária na Região Metropolitana de São Luís. Dois homens armados de revólver conseguiram levar R\$ 14 mil da vítima, nesta terça-feira (10), no

estacionamento do Banco do Brasil, na Avenida São Luís Rei de França, no Turu.

Dados do Sindicato dos Bancários do Maranhão revelam que nove ocorrências desse tipo de ação

criminosas já ocorreram em todo o Estado.

A polícia informou que a vítima chegou ao banco praticamente no final do expediente e antes de entrar na agência foi abordada pelos assaltantes, que de arma em punho, tomaram sua bolsa com o dinheiro e fugiram do local. Policiais militares foram acionados e ainda chegaram a realizar buscas pela localidade, mas não conseguiram capturar a dupla.

A vítima registrou a ocorrência no Plantão de Polícia Civil do Cohatrac, mas o assalto será investigado pelas equipes de investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF). Nenhum dos suspeitos foi identificado

Fonte: G1

## Programa de Rádio Trabalho e Justiça fala sobre a Lei Geral da Copa



O Programa Trabalho e Justiça que vai ao ar neste sábado (14) na Rádio Justiça traz reportagem sobre a Lei Geral da Copa e seus aspectos trabalhistas. O programa

mostra ainda a penúltima entrevista da série Execução Trabalhista com o juiz do trabalho do TRT da 4ª Região (RS) Ben-Hur Silveira Claus, sobre as leis que regem a execução trabalhista.

Outro destaque é o entendimento de que a subsidiária da Brasil Telecom pode ser representada por preposto de empresa do mesmo grupo econômico. A decisão é da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST. A última reportagem das série Trabalho Infantil mostra o que mudou na vida de crianças que pararam de trabalhar.

O Programa Trabalho e Justiça é produzido pela Coordenadoria de Rádio e TV da Secretaria de Comunicação do Tribunal Superior do Trabalho, e vai ao ar na Rádio Justiça aos sábados, às 14h, com reprise no domingo no mesmo horário.

Fonte: TST

Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Pricilla Beine  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF